

**Resumo SBPC 2019 – Campo Grande**

40min para cada palestrante

**PESQUISA E FORMAÇÃO EM CINEMA E AUDIOVISUAL: CRIAÇÃO, POLÍTICAS E MERCADO**

**Ementa/ Resumo Mesa**

Propõe-se uma reflexão sobre os caminhos da pesquisa e da formação em cinema e audiovisual no Brasil, do âmbito regional ao nacional, com o objetivo de traçar as linhas de força do campo, buscando sua consolidação, em meio aos desafios impostos pela interdisciplinaridade e multidimensionalidade que o caracterizam.

**Resumo**

Danielle Christine Leite Ribeiro, Alessandra Meleiro, Guilherme Carvalho da Rosa e Luciana Rodrigues Silva

A apresentação discutirá a relação entre os cursos superiores de audiovisual com o mercado, buscando uma análise qualitativa e quantitativa, coletando dados sobre a composição dos cursos e sobre a perspectiva daqueles que os compõem, como resultado de uma pesquisa financiada pelo CNPq. Esta questão se mostra urgente diante do cenário de produção audiovisual no país, que sofreu grandes mudanças desde a década de 1990, principalmente no que diz respeito às suas relações com o Estado.

Tais mudanças afetam a dinâmica dos profissionais com o mercado e tornam necessária a investigação acerca da formação e do perfil dos novos profissionais, já que estes também se modificaram com o passar do tempo.

A circulação de produtos audiovisuais, independentemente do contexto onde esteja inserida, depende da conjugação dos fatores produção, distribuição e exibição. Esses três elementos, postos em relação, definem a possibilidade de fazer com que esta atividade se insira como produtiva em uma economia. No cenário brasileiro, em que pesem as recentes políticas públicas para o setor empreendidas pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE), existem desafios relacionados particularmente com a distribuição e a exibição, que não se desenvolvem como atividade econômica, a par da esfera da produção. Há um desenvolvimento assimétrico que contempla um cenário de produção crescente, mas de pouca permanência no mercado audiovisual, como sinaliza João Guilherme Barone (2011).

A produção cinematográfica e audiovisual brasileira recente pode se enquadrar em um cenário que se convencionou chamar de “pós-retomada” a partir de dois acontecimentos que constituem marcos dessa caminhada: a realização do 3o Congresso Brasileiro de Cinema (CBC), em 2000, e a criação da ANCINE, em 2003 (BARONE, 2011). Desde o primeiro momento, na virada do século, a preocupação com a formação vem se inserindo nas discussões sobre o

audiovisual brasileiro. Um dos direcionamentos do documento do 3o CBC foi “criar um fórum nacional permanente de escolas e centros de formação profissional como instância institucional de interlocução” (FORCINE, 2015).

Dessa maneira, no ano de 2001, foi criado o Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual (FORCINE) que, desde então, vem sendo a instituição encarregada de realizar a interlocução das escolas de cinema e audiovisual com o mercado, entre outras atribuições relacionadas com a formação profissional. No recorte da presente investigação, concentra-se, como problema, no foco sobre o componente da formação profissional e seu papel no audiovisual brasileiro.

No que se refere a este, a formação em cinema no Brasil teve seus primeiros passos muito antes do cenário da “pós-retomada”, com as primeiras escolas criadas no início dos anos 1960 e consolidadas até os dias de hoje em quatro instituições brasileiras: Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Entretanto, desde as primeiras décadas do século XX, já se via a necessidade de qualificar o cinema brasileiro com a criação de escolas de nível superior, a exemplo do que vinha ocorrendo na União Soviética, Itália e França, e diversos foram os movimentos nesse sentido, como manifestado no I Congresso Paulista do Cinema, ocorrido em 1950:

Congresso reconhece a importância e a necessidade imediata da criação dos cursos de cinema; também recomenda uma maior aproximação dos técnicos do cinema brasileiro com os sócios dos cineclubes, para comunicação do cinema nacional. (SILVA, 2004:42 apud CATANI, Afrânio Mendes. A Aventura Industrial e o Cinema Paulista. In: RAMOS, 1990: 280). SILVA, 2004:42 apud CATANI, 1990: 280).

Ou seja, até o início dos anos de 1960, quem desejasse refletir sobre cinema teria de frequentar cineclubes, e quem quisesse aprender a prática cinematográfica teria ou de participar de cursos livres ou ir às escolas no exterior. Como se nota, o cinema brasileiro levou muitos anos para contar com profissionais com boa formação. O empirismo não só era uma realidade como era, de certa forma, celebrado como original e como algo bem brasileiro. Desnecessário seria mencionar como isso atrasou em anos uma qualificação no audiovisual nacional, que se reflete até hoje, quando se observa um hiato entre ensino e mercado audiovisual.

Se a própria área de educação desconhece a realidade das escolas, o que dizer do mercado profissional?

Segundo o FORCINE (2015), a formação em audiovisual permaneceu com o quadro inalterado até a década de 1990, quando os processos de produção audiovisual tornaram-se mais acessíveis, em vista dos equipamentos digitais, câmeras, ilhas de edição, entre outros.

Até o final do ano de 2003, constavam no MEC 22 instituições de ensino superior em nível de graduação (cinema, vídeo, audiovisual, imagem e som) com foco em produções de filmes. Entretanto, apenas apresentavam cursos regulares e atuantes (SILVA, 2010:7).

Além do fator tecnológico, o próprio mercado audiovisual teve um crescimento considerável no ensejo da criação de uma agência reguladora deste espaço. Esse novo cenário forneceu

condições para o surgimento de novos cursos de produção audiovisual no Brasil em diversas instituições concentradas não apenas na região Sudeste.

O advento do cinema digital somado a políticas públicas para ensino inaugurou um quadro diferenciado para as escolas de cinema e audiovisual brasileiras, com a criação de 40 novos cursos nas Instituições de Ensino Superior (IES), crescendo quase 300% em menos de uma década. Para as universidades públicas, o barateamento nos insumos e equipamentos digitais, comparados com os requeridos anteriormente pelo uso da película, permitiu a qualificação das atividades dos cursos, particularmente para experimentação prática dos alunos, e para as IES particulares como uma forma de atração de novos estudantes, sem enormes custos operacionais (SILVA, 2010:206).

Ao longo desse tempo, desde sua criação até o presente momento, o FORCINE se encarregou de ser uma representação junto ao mercado audiovisual e a outros agentes. O Fórum, entre outras ações, auxiliou diretamente na elaboração de Diretrizes Nacionais Curriculares para os cursos da área de Cinema e Audiovisual, com a Resolução N. 10/2006 do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação.

Além disso, houve a produção de uma primeira pesquisa intitulada Mapa dos Cursos de Cinema no Brasil, realizada em 2011, onde foram contabilizados 53 cursos de graduação no território nacional. No presente momento, no entanto, já existe um indicativo de que outros cursos foram criados desde esse levantamento.

Diante disso, esta pesquisa buscou entender melhor a relação entre o mercado audiovisual e a formação dos profissionais, bem como fornecer um mapa atualizado do cenário de ensino superior em cinema e audiovisual, observando como o desenho pedagógico das graduações contempla a formação para os setores produtivos do audiovisual no país. Há interesse em compreender o perfil de alunos que estão se formando e a preocupação com o relacionamento das escolas com a prática profissional de mercado. Nesse sentido, optou-se por um recorte que focasse nas relações estabelecidas entre ensino e mercado, de forma a compreender o alinhamento e as escolhas pedagógicas dos cursos diante das Diretrizes Curriculares Nacionais e das demandas do mercado de trabalho.

Essas investigações são fundamentais tanto para a formação quanto para o mercado audiovisual e se mostram urgentes para estimularem outras que deverão ocorrer:

Não há justificativas para a existência de um hiato entre os mercados audiovisuais e as escolas. A prática constante estimulada pela tecnologia digital, conjugada com uma reflexão teórica própria do ensino universitário, qualificará o audiovisual brasileiro. Para tal, devem ser fomentados estudos sobre os mercados audiovisuais no Brasil, audiências, ocupações de janelas de difusão e postos de trabalho como parte das políticas públicas, que podem contar com a expertise das IES. Sem essa providência, o cinema, o audiovisual e a formação atuam às cegas. (SILVA, 2010:207).